

**NOSSO TEMA: CONSTITUINTE.**



uma nova ordenação jurídica, assustaram-se com o radicalismo de alguns parlamentares, com o despreparo de outros e com a evidência de que os representantes do povo não estão sabendo exprimir o que este povo está querendo.

Que está acontecendo na Assembléia Constituinte? Quem responde nessa entrevista é a historiadora e cientista política Lúcia Hipólito (foto), uma das co-autoras do livro de memórias do velho cacique Amaral Peixoto. E também biógrafa do velho PSD, com o livro *PSD-de Raposas e Reformistas*, justamente o partido que, no seu tempo, mais e melhor fez política no Brasil.

E Lúcia Hipólito defende algumas teses que precisam ser debatidas enquanto houver tempo. Descrente — acha que essa ainda não é a Constituição dos nossos sonhos —, ela mostra que

todas as Constituintes estiveram mais preocupadas com o passado do que com o futuro e que esta não foge à regra: está mais preocupada com o regime militar do que com o que vem substituí-lo.

A historiadora chama a atenção para a ilusão nacional de achar que a lei vai ser cumprida apenas porque está na Constituição, e acusa os atuais partidos políticos de, além de não serem representativos da época, como foram, por exemplo, os criados em 45, deixarem-se ultrapassar pelos outros canais criados pela sociedade, que, querendo participar a qualquer risco, saiu em desabalada por aí.

talvez ainda mais importante seja a falta de lideranças de fato. Lúcia Hipólito lembra que o regime militar afastou muita gente nova e que um país não vive sem valores, e acusa a elite de agora de não ter-se preparado para os novos tempos que chegaram.

**N**os últimos anos do regime militar, os políticos e os intelectuais começaram a defender a tese de que a única saída para a crise política era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, capaz de ordenar juridicamente a Nação e de, numa linguagem mais clara, colocar as coisas em seus devidos lugares.

Não demorou muito para que a opinião pública abraçasse a tese. E então, a Constituinte transformou-se em remédio para todos os nossos males. Em vez de ser o grande pacto político brasileiro, a Constituinte passou a ser até a garantia de casa, comida e emprego. Até a nossa crônica e cíclica crise econômica estaria vlvendo seus últimos momentos, pois a nova Carta viria aí para liquidá-la como num passe de mágica.

Os trabalhos da Constituinte começaram e a decepção foi quase que imediata. Os que esperavam milagres perceberam logo que eles não viriam. E os mais informados, desejosos apenas de

# Com os olhos presos no passado

Entrevista  
 CLAUDIO LACERDA

**A tão desejada Constituição duradoura será, mais uma vez, um sonho que passou?**

Parece. A meu ver, a Constituição que se está votando em Brasília ainda não será a que sonhamos até porque o brasileiro tem o hábito de desmoralizar a lei, ao mesmo tempo em que acredita na outra face dessa moeda, isto é, na ilusão de achar que basta estar na Constituição para que as pessoas passem a cumpri-la.

Explico: quando se trata de uma lei menor, de uma lei ordinária, ninguém cumpre, pois todos achamos que este é o país onde as leis podem ou não pegar. Mas todos temos a ilusão de pensar que basta um dispositivo fazer parte da Constituição para que todos o cumpram. Então, temos assuntos como a educação primária gratuita e obrigatória, que vem desde a Constituição do Império, ou a participação no lucro das empresas, da Carta de 46, que existem apenas para constar.

Na verdade, quando encaramos a lei como um instrumento para ordenar as relações da sociedade, passamos a ter uma certa intimidade com ela. No Brasil, no entanto, há um temor reverencial pela lei. E isso é um estado muito primitivo de desenvolvimento político.

**Não acredita, então, que o Brasil possa ter uma Constituição moderna?**

Se estivéssemos em 1946, diria que sim, pois aquela foi uma Constituição moderna e até pactuada (o que é uma palavra da moda), plenamente capaz de atender aos objetivos da época. Mas a de hoje não. Além disso, tem o defeito de todas as suas antecessoras, pois ainda não conseguimos fazer uma Carta para o futuro. Agora, como nas experiências passadas, estamos fazendo uma Constituição regressiva, que em vez de se preocupar com o futuro, tenta apenas impedir o passado.

E isso, infelizmente, sempre aconteceu. A de 1891 foi feita contra o Império, tanto assim que um de seus dispositivos, depois sempre mantido pelas demais, proibia extinguir a República e a Federação. A de 1934 tinha um endereço certo, Artur Bernardes, e a de 46 era contra Getúlio e o Estado Novo. Todas elas são Constituições que olham para trás. Essa que estamos criando também está olhando muito para trás, em vez de tentar, de alguma forma, vislumbrar o país que nós queremos. Ela vai ser um pouco a Constituição daquilo que a gente não quer e por isso não deu o salto qualitativo que esperávamos.

**Mas acha que este Congresso, onde não existem partidos políticos verdadeiros e onde o poder econômico teve brutal influência em sua formação, é capaz de fazer uma boa Constituição?**

É o tal negócio: ou acreditamos na representação política ou não. Veja o que aconteceu com os antigos governadores nomeados, quando os militares acharam que a política era uma coisa repugnante e horrível. Alguém acha que os governadores nomeados eram melhores do que os eleitos?

Evidentemente que não. Então, só se conserta erro de eleição com outra eleição. Além disso, essa Constituinte que aí está é "a cara do Brasil". Não corre poder econômico no País? Não há uma certa rebeldia, uma certa anarquia? Não

é o Brasil que queremos, mas é o país que nós ainda temos.

**Mas em 1945, bem ou mal, criamos partidos com bastante representatividade. Por que agora isso não mais existe?**

Fala-se muito mal do regime de 46 que começou com 13 e acabou com 15 partidos, o que não tem a menor importância, pois uma coisa é o partido eleitoral e o, vamos dizer, partido parlamentar, aquele capaz de eleger deputados, senadores, governadores e fazer ministros.

Porque o Estado Novo era uma ditadura personalista — as pessoas ficavam contra ou a favor de Getúlio — e porque as elites do regime foram capazes de perceber as mudanças que fatalmente ocorreriam e para elas se prepararam, a situação foi inteiramente diversa. Getúlio foi um ditador, mas fez política o tempo todo. Os interventores, também, embora não houvesse, ao contrário de 64, qualquer simulacro de democracia.

Assim, as elites do Estado Novo estavam prontas para mudar e, no momento oportuno, criaram o PSD que foi, como também o foram o PTB e a UDN, altamente representativo. Ao contrário do que aconteceu com os governadores nomeados pelo regime militar (apenas três deles voltaram aos governos por eleições diretas), todos os interventores do Estado Novo tiveram uma grande e ampla participação política e eleitoral nos anos seguintes.

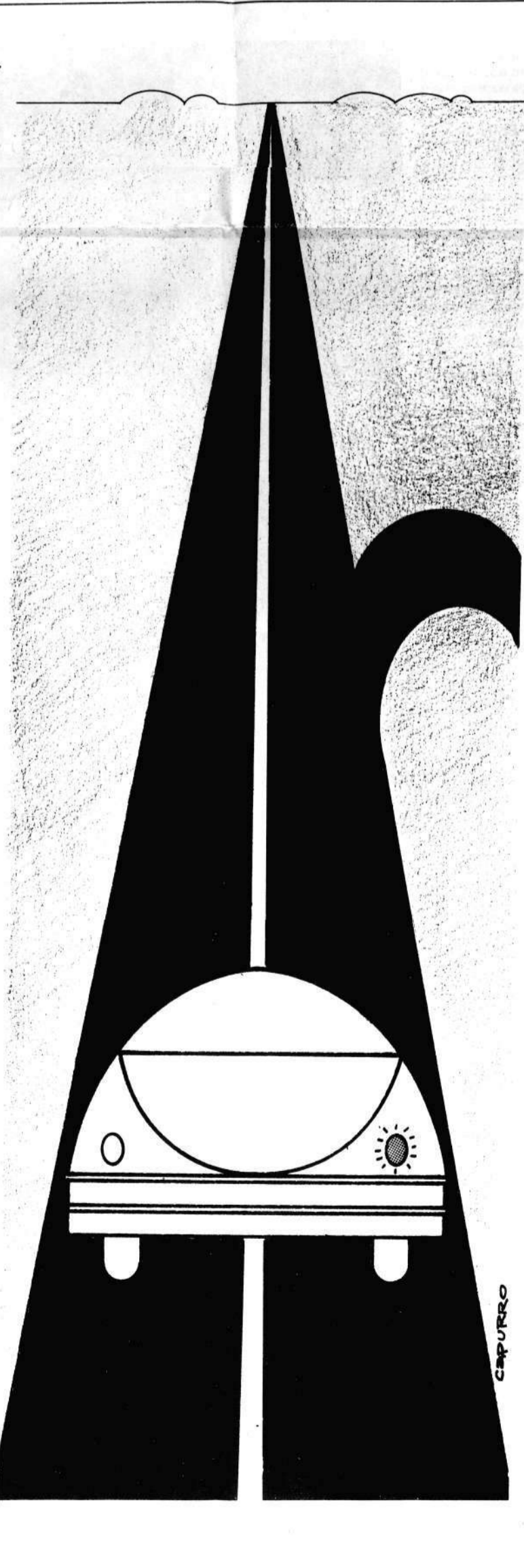
Em 1945 tudo ficou muito mais fácil. Havia uma ditadura e o ditador foi derrubado. Houve uma ruptura. Era como se disséssemos: vamos começar novos tempos. Hoje, estamos vivendo um regime de transição que começou no governo Geisel e que a Nova República deixou na ante-sala da democracia.

**Acha então que o maniqueísmo do bipartidarismo, dividindo, conforme a ótica de cada um, os políticos em bons e maus, mocinhos e bandidos, acabou aumentando a despoliticização do povo e a falta de representatividade dos partidos e dos políticos?**

Lógico que sim. Passamos a achar, todos nós, que quem estava contra o regime militar era ótimo e quem estava na Arena, mesmo não compactuando com nada daquilo, era horrível. Mas não foi bem assim. Há gente da maior incompetência que apresenta a cassação como um troféu. É evidente que toda cassação é horrível e nenhuma deve existir. Mas não se pode achar que alguém é ótimo apenas porque foi cassado. Hoje, estamos sentindo esse problema muito de perto.

Mas não é só. Ao acabar com a atividade política, o regime militar também afastou da vida pública algumas de suas melhores cabeças. Afinal, quem iria se interessar por política naquela época? Ninguém. A maioria foi tratar da vida, ganhar dinheiro. E qual o país que pode se desfazer de seus valores?

A redemocratização do Estado Novo foi muito mais sábia. Em dezembro de 45 houve uma eleição para escolher o presidente, os deputados e os senadores. Em janeiro de 47 escolhemos os governadores e o terço restante do Senado e, depois, os vereadores e prefeitos. Assim, foram acontecendo sucessivas oportunidades de aproveitar o que havia de melhor no pessoal da época, desde gente do Estado Novo, a da República Velha, passando por uma infinidade de pessoas novas. Mas o que aconteceu no



regime de 64? Mal decidiu pelas eleições diretas para governadores, realizou todos os pleitos, começando pelo de vereador, num único dia. Não se pode prescindir da participação de gente boa na política. Mas alguns dos derrotados de 82, do melhor gabarito, só puderam participar em 86.

**Se os partidos atuais não têm representatividade, estariam então sendo substituídos por sindicatos e associações de classe? Não parece que os sindicatos do ABC ou a Fiesp têm mais representatividade do que qualquer dos atuais partidos?**

Claro que esses organismos são muito mais importantes do que os partidos. Mas esse é um fenômeno mundial, pois as questões sociais estão ficando acima dos partidos. Veja, por exemplo, casos como o divórcio e o aborto, que são problemas da sociedade e não partidários. Na verdade, as questões ficaram complexas demais e os partidos não podem ter o monopólio de todos esses fatos sociais.

**É o que esse fenômeno provocará na Constituinte?**

Acho que, em termos de representatividade, estamos na Constituinte com um fenômeno típico da "dor de sofrimento". Em termos políticos e representativos não podemos deixar que o partido político implemente todas as questões da sociedade, mas também não podemos permitir que as associações de moradores, por exemplo, o façam. Na verdade, o que estamos vendo é o ressurgir do corporativismo, em que advogados, médicos, sindicalistas etc. têm, cada um, a sua proposta.

Isso também acontece porque a sociedade, que ficou amordaçada durante todo esse tempo, agora quer participar. A isso, soma-se a já tradicional incompetência dos partidos que não estão sabendo viabilizar determinadas questões. É como se os partidos estivessem em cima de um monopólio, do monopólio da incompetência, incapazes de fazer alguma coisa. Diante disso, a sociedade sai em desabalada querendo fazer tudo.

**Se as associações estão ocupando o lugar dos partidos, a UDR pode vir a ser um novo PSD, que no regime de 45 também reapresentou os interesses da aristocracia rural?**

Acho que a UDR não tem competência política para isso. Porque, veja bem, o PSD era uma estrutura partidária oriunda do meio rural. Mas o que era o Brasil daquela época, quando 70% da população estava no campo e apenas 30% da sociedade? Então, como vemos, o PSD era um partido representativo justamente porque era o retrato do País daquela época. Era um partido de Estados ruralizados e não apenas da zona rural e ainda tinha importantes bases urbanas. O PSD sabia fazer política com competência dentro do Brasil da época.

Por isso, acho a UDR anacrônica, exatamente porque quer restaurar um Brasil que não existe mais. Além disso, não me parece que ela tenha competência política para isso.

**Se a UDR não vingar, é possível que o velho PSD tenha lugar hoje?**

Não naqueles termos. O PSD era um partido extremamente adaptado e representativo para o Brasil que existia naquela época, numa época que foi de 1945 até quase 64, pois só em 1960 vai-se alterar esta proporção entre a população rural e a urbana. Veja que

o PSD jamais conseguiu existir na cidade do Rio de Janeiro, onde o eleitorado era urbano. Quanto à UDR, é anacrônica, repito, por querer restaurar um Brasil que não existe mais.

**Mas os partidos de 45 também não tinham, como os atuais, qualquer preocupação com os problemas sociais. Eles faziam o que aqui se chama erradamente apenas de "política", criando essa "classe política" que parece só existir entre nós?**

Os partidos de 45 realmente não tinham esse tipo de preocupação, mas isso não os tornava menos representativos porque, na realidade, esses problemas não eram levados em conta naquela época. Mas os partidos atuais, os novos estão anacrônicos porque se parecem com os antigos, quando não deveriam parecer. O Brasil de 87 não é o de 46. Antes, a UDN era extremamente representativa de uma fatia da população, como também eram o PTB e o PSD. O próprio PSP de Ademar de Barros era representativo de uma situação existente em São Paulo. Portanto, as velhas legendas eram sincrônicas, isto é, partidos de seu tempo.

E hoje, no entanto, você tem no País uma estrutura partidária extremamente semelhante à de 46. Só que o Brasil de agora não tem mais nada com isso.

**Como resolver isso?**

É o tal negócio, eu não tenho a fórmula. Mas vejo que no mundo inteiro, a partir de 1946, os partidos políticos começaram a declinar um pouco no sentido de terem o monopólio da representação, de serem os únicos canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade. A partir do pós-guerra, os partidos vêm perdendo espaço porque, na verdade, no mundo moderno há muitas questões importantes que deixaram de ser políticas.

**Essa representatividade parece que atingiu também o lado ideológico dos partidos. No regime de 46 era comum dizer-se que só o comunista e o integralista tinham programas definidos. Hoje, algum deles tem programas ideológicos?**

Essa é uma questão das mais interessantes. Antes, para certas camadas da sociedade o inimigo era o comunismo, para outras o fascismo. De qualquer maneira, a sociedade tinha um balizador do que era a esquerda, isto é, o velho PCB. Mas hoje tudo está atrapalhado. O PCB não é mais o inimigo. Aliás, você não pode nem dizer que é um inimigo. O PCB está à direita do PT? Ou à esquerda do PC do B? Ficou muito confusa qualquer divisão do espectro político-ideológico dos partidos.

**Então, essa falta de representatividade dos partidos é o maior obstáculo para o tal sonho da Constituição duradoura?**

É um deles, mas não é o único. Acho até que devo repetir que o problema é a tendência de colocar tudo na Constituição porque, senão, o brasileiro não cumpre. É essa mentalidade de achar que o que está na lei ordinária não é para ser cumprido, porque ninguém obedece. Isso é subdesenvolvimento político. A lei tanto é feita para ser cumprida, como para ser derrubada quando se torna antiquada. Não há leis imutáveis. Mas no Brasil se tem a ilusão que se a lei estiver na Constituição será cumprida. E, por isso, caminhamos para uma Constituição enorme, tratando até de coisas que não lhe dizem respeito.